

A armadilha do

PPDI



**Conselho de
Administração
da Celesc tenta
responsabilizar
sindicatos por Plano
de Demissão**

NUM REINO NÃO MUITO DISTANTE

Quebra de regra permite pagamento de mestrado acadêmico aos amigos do rei

pg. 2-3

ABANDONO NA USINA SÃO LOURENÇO

Falta de manutenção gera condições inseguras para trabalho e riscos ao meio ambiente

pg. 2-3

RBS NAS MÃOS DE LÍRIO PARISOTTO

Venda da RBS é confirmada e Parisotto tem imprensa catarinens nas mãos

pg. 3



A ARMADILHA DO PDI

Conselho de Administração da Celesc tenta responsabilizar sindicatos por Plano de Demissão



Desde a divulgação das metas impostas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a manutenção da concessão da Celesc os sindicatos tem alertado para os desafios que a empresa precisará superar na luta para continuar pública. Apesar da inércia da Diretoria da empresa os sindicatos organizaram junto com os trabalhadores um informativo detalhado com as necessidades da empresa. Entregue a todos os trabalhadores, a cartilha "Desafios para os Celesquianos" apresenta de forma didática o que precisa ser feito para atingir as metas de qualidade e financeiras impostas pela Aneel.

Neste mesmo período a Intercel tem reafirmado a importância da realização de um Plano de Demissão Incentivada (PDI) para o alcance das metas financeiras, sem descuidar da reposição responsável do quadro de pessoal, para bater as metas de qualidade. Em todas as simulações feitas, sem a realização de um PDI a Celesc difi-

"No fim das contas, o que a Celesc quer é que as entidades sindicais chancelem a retirada de direitos dos trabalhadores. E isso nenhum sindicato sério pode aceitar"

cilmente atingirá as metas financeiras em 2020.

Com isso muito claro, o Conselho de Administração iniciou ainda em janeiro deste ano o debate sobre um novo PDI. Os trabalhadores da Celesc acompanharam o debate através dos Boletins do Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc. E o que se viu foi uma série de pedras sendo colocadas no caminho do PDI. Na primeira reunião, uma dúvida sobre a incidência de impostos em um plano de demissão permanente tirou o tema da pauta do Conselho: não havia nenhum parecer jurídico nem tributário que orientasse a tomada

de decisão dos conselheiros. O tema voltou à pauta da reunião do Conselho de fevereiro. Só que agora, com um parecer que acaba transferindo a responsabilidade da apreciação do PDI para os trabalhadores em Assembleia, pressionando os sindicatos da Intercel.

O parecer jurídico

O parecer apresentado pelo jurídico afirma que o PDI só pode ser realizado se o Termo de Quitação constante no plano for aprovado em assembleia e incluído como cláusula no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos celesquianos.

Mas o que é o Termo de Quitação? Este termo é assinado pelo trabalhador que se inscreve no plano de quitação. Nele, o trabalhador dá plena quitação de possíveis passivos trabalhistas para receber a indenização do plano. Em um exemplo prático: um trabalhador passou sua vida profissional inteira realizando

horas extras que a empresa nunca pagou. Ao ingressar no plano, a assinatura do Termo de quitação diz que este trabalhador abre mão de receber estas horas, mesmo que reivindicadas através de ação judicial.

O Termo de Quitação existe desde o primeiro plano de demissão realizado pela Celesc. Então, por que agora a empresa quer forçar sua inclusão em Acordo Coletivo? Uma sentença do Supremo Tribunal Federal em um processo de uma ex-funcionária do Besc. Ela, que pleiteava perante a justiça o pagamento

de horas extras realizadas, perdeu o processo pois havia no ACT dos bancários uma cláusula que dava guarida ao Termo de Quitação, ali colocada após intensa pressão dos trabalhadores de Besc interessados em sair no PDI. A decisão do STF teve repercussão geral e, deve ser transformada em súmula, orientando a decisão para casos semelhantes.

No fim das contas, o que a Celesc quer é que as entidades sindicais chancelem a retirada de direitos dos trabalhadores. E isso nenhum sindicato sério pode aceitar.

Intercel não negocia com direito dos celesquianos

Para os sindicatos que compõem a Intercel, a proposta da Diretoria é irreal. Primeiro por que significa a retirada de um direito fundamental dos trabalhadores: cobrar o pagamento correto daquilo que lhe é devido. Além disso, ao cobrar a inclusão de cláusula de quitação referendada em assembleia, a Celesc assume que não paga como deve os direitos dos trabalhadores. Afinal de contas, se paga, por que tem medo de explicar-se perante a justiça?

Mas, o mais importante desta história toda é que a inclusão da cláusula em ACT não é uma obrigação para que o PDI seja

implementado. Essa é uma espécie de "segurança" para a empresa. Segurança de que, mesmo que ela não cumpra com suas obrigações, não pagará o devido aos celesquianos. Entretanto, não há impedimento em fazer o PDI sem o acordo.

A responsabilidade do PDI é da empresa. Incluir cláusula para demissão de trabalhadores no Acordo Coletivo é o contrassenso da luta dos sindicatos. A função da Intercel é lutar pela contratação de trabalhadores e por melhores condições para que estes prestem o serviço de qualidade que a sociedade merece e que é característica da Celesc Pública.

Que o conselho de administração assumira sua responsabilidade e aprove o PDI, necessário para a empresa. Aos sindicatos caberá continuar a luta para que a categoria permaneça unida. A Intercel, que já percorre as bases desde o início desta semana, conversando com os trabalhadores defenderá o direito dos celesquianos.

A empresa deve se preocupar em arcar com suas responsabilidades trabalhistas. Desta forma, pagando o que é devido sem desvios, não haverá possibilidade de perdas com ações judiciais.

NUM REINO NÃO MUITO DISTANTE

Quebra de regra permite pagamento de mestrado acadêmico aos amigos do rei



Num reino não muito distante, havia uma Lei que regulava os estudos e treinamentos dos súditos. Com base nesta lei, o Reino poderia autorizar o pagamento de cursos de pós-graduação aos profissionais de Nível Superior, desde que esses estudos fossem do estrito interesse do Reino. No entanto, esses estudos deveriam estar diretamente vinculados à área, cargo e função exercida pelos súditos, fato que deveria ser comprovado por documentos emitidos pelos Ministros responsáveis e sujeito à análise dos especialistas da área educativa e aprovação pela Colegiada de Ministros.

De repente, com a chegada do novo Rei, as coisas mudaram... Embora a Lei continue em vigor, há casos de excepcionalidade. Se você é amigo do Rei, não precisa mais o De Acordo do Ministro de sua área, não há necessidade de os estudos estarem vinculados à sua carreira, área de atuação, cargo ou função exercida. Basta a solicitação de qualquer Ministro ligado ao Rei para que, como num passe de mágica, a norma possa ser desconsiderada. Três súditos vão realizar Mestrado Acadêmico em área diversa de sua formação e sem atender aos critérios definidos em normativa. E o que é mais estranho, no início de um ano em que se anuncia o esvaziamento das burras palacianas, e no qual os súditos são orientados a conter os gastos, o custo dessa brincadeira será superior a cem mil dinheiros!

Mesmo assim, esse fato abre a prerrogativa para que você, súdito deste Reino, de carreira de nível médio, técnico ou superior, caso deseje fazer um mestrado ou especialização pago pelo Reino, encontre um caminho muito simples: conversar com o Rei! A seguir o exemplo já aprovado, imediatamente o Rei vai autorizar, independente do cumprimento ou não das condições previstas nas normativas. Bem, talvez não seja tão simples assim. Talvez primeiro você tenha que ser eleito Representante dos Súditos no Conselho do Reino ou fazer parte do seu seletivo grupo de amigos...

ABANDONO E INSEGURANÇA NA USINA SÃO LOURENÇO

Falta de manutenção gera condições inseguras para trabalho e riscos ao meio ambiente

Há tempos os sindicatos da Intercel denunciam o abandono das Usinas da Celesc Geração. Mesmo após a vitória no leilão para a manutenção de 5 usinas da empresa, em 2015, o estado das Usinas da empresa é lamentável. Em recente visita à Usina São Lourenço, na regional de Mafra, o descaso com o patrimônio da empresa, com o meio ambiente e com a segurança dos trabalhadores é gritante.

O acesso à Usina é precário. Com falta de manutenção, a rústica escadaria que leva à Usina é uma armadilha. Pedras soltas aumentam o risco de queda. Já na Usina, faltam condições de trabalho. Não existe área com isolamento acústico para a operação. Além disso, não há comunicação com a empresa o que impede o acesso ao sistema. Materiais básicos, como um capacho para a porta, até hoje não foram providenciados. Entretanto, recentemente câmeras de segurança foram instaladas, seguindo uma lógica muito comum na Celesc: vigiar os trabalhadores mesmo sem providenciar condições básicas de saúde e segurança no trabalho. O fato mais grave

da falta de segurança, no entanto, é o descumprimento da NR-10. Hoje há apenas um operador na usina, o que aumenta o grau de risco de segurança, ferindo a normativa.

Há também um gritante descaso com o meio-ambiente. Se recentemente a Celesc esteve envolvida em uma grave problema por conta do vazamento de óleo do CeFA, o que dizer de máquinas antigas que vazam graxa para o rio? Para tentar evitar o desastre ecológico, panos e travesseiros estão improvisados abaixo das máquinas. No caminho para a usina, uma série de postes abandonados acumulam água, criando um ambiente favorável para a proliferação de mosquitos da dengue.

Os trabalhadores cedidos à Celesc Geração devem ter condições de trabalho e segurança. O abandono destes celesquianos e do patrimônio da empresa pode levar a acidentes graves e ainda mais problemas ambientais. Com a Celesc Geração em evidência, já passou da hora da Diretoria de resolver estes problemas, respeitando a empresa e seus trabalhadores.

RBS NAS MÃOS DE PARISOTTO

Venda de veículos de comunicação da RBS no estado é confirmada e Parisotto tem imprensa catarinense nas mãos

Agora é verdade. Após o jornalista Paulo Alceu divulgar a venda da RBS em meados de fevereiro, o negócio se concretizou esta semana. Anunciada nesta segunda-feira, a RBS passa às mãos de um grupo de acionistas que tem como sócio Lírio Parisotto. Acionista da Celesc e desafeto dos trabalhadores, Parisotto tem agora a imprensa catarinense nas mãos para continuar sua cruzada em busca da privatização da maior estatal catarinense.

Na edição nº 1301 alertávamos para os

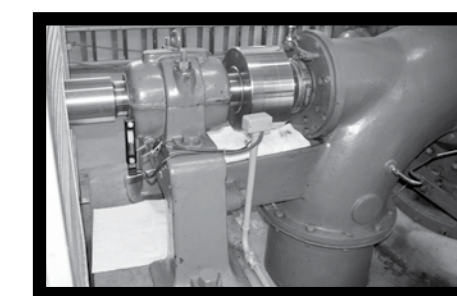
riscos desta venda: com a imprensa à seu serviço é uma questão de tempo para que a manipulação de informações leve a opinião pública a atacar a Celesc. No comunicado aos trabalhadores da RBS, os novos donos da empresa afirmaram que manterão a "independência editorial". Mas, vamos lá. Que independência? Essa história de jornalismo isento é das mais mentirosas já contadas. Jornalismo tem

lado. E o da RBS sempre foi o dos patrões. O de quem tem dinheiro. Agora, então, nas mãos de quem tem muito dinheiro, será ainda mais um instrumento de manipulação de opinião e divulgação de ideias que beneficiem a classe dominante.

"Para quem acha que nossa preocupação é tempestade em copo de água, que a compra da RBS nada tem haver com a Celesc, aí vai uma informação: Parisotto voltou a comprar ações da Celesc"

Vivemos um momento onde a população tem protestado contra o tipo de jornalismo feito pela Globo. E a RBS é o braço da Globo em Santa Catarina. Mas, apesar dos protestos, ainda há uma grande parcela da população que

pauta sua opinião por aquilo que houve em rádios, lê em jornais e assiste em televisores. E agora, Parisotto tem 4 grandes jornais, 3 grandes rádios e a retransmissão do conteúdo da Globo para brincar. Aqueles que consideram nossa preocupação tempestade em copo de água; que a compra da RBS nada tem haver com a Celesc, aí vai uma informação: Parisotto voltou a comprar ações da Celesc...



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTe/SC 3489)
Conselho Editorial: Patrícia Mendes
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC, CEP 89216-000 | (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Mulheres Cabulosas da HISTÓRIA



Celia Sanchez / Nathália Ferreira

“O projeto teve a intenção de resgatar os nomes das principais mulheres que contribuíram com transformações em seu tempo e fazer com que as mulheres de hoje se inspirem e sintam encorajadas a provocarem novas transformações na sociedade atual”



Dandara / Lorena Lemos

O mês de março é o mês da Luta Internacional das Mulheres. Antes de ter sido apropriada comercialmente, a comemoração do dia 8 surgiu como uma data que marca a resistência e a luta por direitos para as mulheres, protagonizada por elas ao redor do mundo.

São mulheres corajosas e poderosas com histórias inspiradoras, que dedicaram suas vidas à luta para revolucionar o mundo. Apesar da grande importância—seja na política, ciência, artes e etc.—a maioria delas teve seus nomes escondidos e até mesmo apagados pelo patriarcado, que subvaloriza o papel e o poder das mulheres na sociedade. Por isso, nessa data simbólica, o Levante Popular da Juventude decidiu resgatar essas memórias para homenageá-las e dizer que a história é viva e caminha!

O projeto fotográfico “As Mulheres Cabulosas da História” retrata 43 dessas personagens, sugeridas pelas próprias fotografadas. O objetivo é mostrar, através da releitura de imagens, que essas mulheres continuam mais vivas do que nunca.



Elza Soares / Ana Carolina Vasconcelos



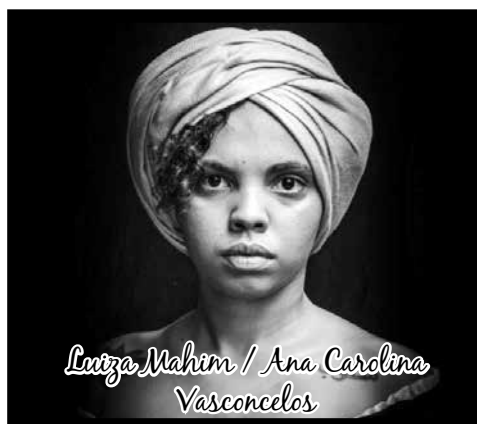
Constance Markievicz / Cécilia Queiroga



Vilma Espin / Nathália Ferreira



Juana Azurduy de Padilla / Giovanna Abreu



Luiza Mahim / Ana Carolina Vasconcelos



Lakshmi Sehgal / Priscila Aratjo

Veja as demais fotos do projeto com a descrição da biografia destas guerreiras no site medium.com/LevanteBH/mulheres-cabulosas-da-historia

